



DISPUTA – MDB aciona TRE-AL contra “Busão da Mudança”, projeto de JHC voltado a visitas e escutas populares



LEVANTAMENTO

TRE rejeita ação do MDB e confirma regularidade de pesquisa do Instituto Paraná em Alagoas

PARANÁ PESQUISAS
Especialista em opinião pública.

JUSTIÇA ELEITORAL

PSDB/Cidadania mantém ação no TRE contra perfis ligados a Renan Calheiros nas redes sociais



JUSTIÇA

TJ de Alagoas reconhece excesso de processos e autoriza gratificação para juiz de Pão de Açúcar



FATOS

Em FOCO

COM WILLAMES DE MELO



EM DEFESA DOS AUTISTAS

O conselheiro tutelar Willames de Melo, do município de Rio Largo, vem se destacando na defesa das crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Sempre buscando soluções e apoio para esse público, o conselheiro tem desenvolvido diversas ações que beneficiam e garantem melhores condições de atendimento e inclusão para os autistas, bem como para as mães atípicas do município.

ATUALIZAÇÃO DA VACINA

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determinou um conjunto de atualizações para as vacinas contra a covid-19. A medida tem como objetivo melhorar a resposta imunológica às novas variantes em circulação no país.

POSSÍVEL DESCLASSIFICAÇÃO

A Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (Uncisal) informou, em nota, que o placar do julgamento sobre a constitucionalidade do bônus regional não será considerado definitivo para eventual perda das vagas dos mais de 150 estudantes anteriormente classificados.

POSSÍVEIS DANOS

O Ministério Público do Estado de Alagoas (MPAL) instaurou um inquérito civil para investigar possíveis danos ambientais e impactos à saúde pública causados pela desativação da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do bairro Poeira, em Marechal Deodoro, operada pela BRK Ambiental.

EXPEDIENTE

Vitor Cansanção
Diretor Geral
MTE 1841/AL

Jornal REDE REPORTER é uma publicação semanal
Endereço para correspondência:
REDACAO@REDE REPORTER.COM.BR
WWW.REDEREPORTER.COM.BR

Os artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não representados, necessariamente a opinião deste jornal.



Magnânima festa

"A Economia é a ciência severa da escassez. A política é a utopia alegre da abundância". Na manhã de 13 de agosto de 2025 (DIA DO ECONOMISTA), no majestoso Hotel Best Western Premier, encravado na belíssima Pajuçara, celebrou-se em grande estilo a efeméride tão esperada. Os Professores Marcos Antônio Moreira Calheiros - Presidente do CORECON - AL, Cleydner Marques de Magalhães de Magalhães Maurício - Vice-presidente e José Alex, Presidente do SINDECON-AL, foram os anfitriões da magnânima festa.

A Casa do Economista, instituiu a Comenda Celso Furtado, homenageando os professores: José de Melo Gomes, Carlos Bulhões, Silvio Costa, Dilmar Lopes Camerino, Laurentino Veiga, o Superintendente do BNB, Sidney Reis, Cláudio Jorge, o empresário Luiz Jardim, bem como outros discípulos de Keynes.

A professora Branca Rosa Silveira de Mendonça Frago, filha do imortal

Paulo de Castro Silveira, recipiendária do Título, saudou-a como minha ex-professora da disciplina História do Pensamento Econômico da UFAL. Exaltei suas qualidades, influenciando-me a lecionar Formação Econômica do Brasil no CESMAC.

Compareceram à solenidade: o economista José Paulo Gabriel dos Santos - Presidente da JORGRAF, Ivaldo Pinto, Braga Lyra, os advogados Arnaldo Calheiros e Marquinhos Calheiros. A empresária Cristina Jardim (agraciada com a Comenda Celso Furtado), Simone Craveiro (também agraciada), o jornalista Edmilson Teixeira, da Tribuna Independente, fez excelente cobertura, coroando a Coluna de Elenilson Gomes.

Enfatizo o Conselho Regional de Economia (Cofecon), criado pela Lei n 1.411, de 13 de agosto de 1951, em pleno governo constitucionalista de Getúlio Vargas. Congrega a categoria em todo quadrante nacional. Fiscaliza

a profissão quer na área pública, quer na área privada. Promove o mercado, ajudando a encontrar meios a fim de facilitar a vida dos discípulos de Keynes.

Dir-se-ia que o Economista atua no mundo globalizado. Isto é, na área bancária, no setor produtivo, faz perícia econômica, dentre outras tantas relevantes atribuições. Lecionar Economia é uma delas, no meu caso, atuei como professor por várias décadas no CESMAC. Deve-se ressaltar que se destaca pela performance acadêmica exigida.

O Gerente Geral do Hotel Premier, Manoel Jucá, além de ter sido homenageado com a própria Comenda Celso Furtado, prestou com sua fidalguia excelente ajuda. Marcos Calheiros, por sua vez, fez emocionado discurso agradecendo a presença de todos. Comanda a categoria com o brilhantismo que lhe é peculiar. VIVA A

MAGNÂNIMA FESTA!



Ministro da Fazenda classifica tarifaço como interferência externa dos EUA e defende patriotismo em política econômica brasileira.

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, manifestou sua preocupação com o que classificou como uma intervenção externa indevida por parte do governo dos Estados Unidos, referindo-se ao chamado "tarifaço". Segundo Durigan, essa medida não apenas representa uma intromissão nas políticas econômicas do Brasil, mas também tem como finalidade estranhar e desestabilizar o país.

Em declarações enfáticas, o ministro destacou a importância de esclarecer a natureza dessa interferência, que se desdobra em esferas políticas e econômicas, impactando diretamente a vida dos cidadãos brasileiros. "Essa interferência externa prejudica nossos cidadãos, afetando a vida das famílias, a atuação dos empresários e

até mesmo a dinâmica dos trabalhadores", enfatizou.

Durigan também frisou que a política econômica de uma nação deve ser formada e direcionada para atender seus próprios cidadãos, e não para se subordinar às exigências de um secretário de Estado de outro país. A postura do ministro reflete uma preocupação com o patriotismo e a soberania nacional, especialmente em um momento em que o debate político está aquecido devido a uma situação eleitoral. "Uma motivação falsa fere o senso mais básico do nosso patriotismo", alertou Durigan, reiterando que a utilização desse tema pela oposição, sem levar em consideração os reais interesses do povo brasileiro, é impecuniente.

O ministro concluiu suas declarações com um apelo à

valorização das iniciativas que visem realmente ao progresso econômico e social do Brasil, longe de influências externas que desconsideram os anseios da população local. Assim, o governo se mostra firme na defesa de uma política econômica independente, reafirmando a necessidade de priorizar o país e seus cidadãos em face de pressões externas.

Ainda que o tema esteja em evolução, as palavras de Durigan são um indicativo claro da postura do Brasil em relação a questões que envolvem a sua soberania econômica e a defesa de seus interesses. A expectativa é que o debate continue a ser alimentado, levando a uma análise mais profunda e a ações que priorizem os direitos e o desenvolvimento da nação.

DISPUTA

MDB aciona TRE-AL contra "Busão da Mudança", projeto de JHC voltado a visitas e escutas populares

O MDB ingressou com uma ação no Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE-AL) questionando a circulação do chamado "Busão da Mudança", projeto ligado ao pré-candidato ao Governo de Alagoas, JHC (PSDB). A medida foi tomada um dia após um grupo de 40 jovens do Agreste participar de uma visita a programas e obras executados em Maceió durante a gestão do ex-prefeito.

De acordo com nota divulgada pela assessoria do PSDB, o ônibus é utilizado para

levar moradores do interior a conhecer iniciativas implantadas na capital, além de percorrer municípios alagoanos para ouvir demandas da população e coletar sugestões que poderão subsidiar a elaboração do plano de governo de JHC.

Segundo aliados do tucano, a ação movida pelo MDB teria como objetivo impedir a continuidade dessas atividades. Entre os programas apresentados aos visitantes estão o Gigantinhos, Saúde da

Gente, Corujão da Saúde, Brota na Grota, Areninhas, Hospital da Cidade, conjuntos habitacionais, a Nova Orla e projetos voltados ao desenvolvimento econômico.

Em nota, JHC afirmou que a iniciativa judicial demonstra incômodo com os resultados de sua gestão à frente da Prefeitura de Maceió.

"O que incomoda a eles é que nós trabalhamos muito e mudamos para melhor a vida das pessoas. Não querem que Alagoas inteira conheça de

perto o que fizemos, porque sabem que o tempo de comparar entregas e projetos está chegando. Eles sabem que a população alagoana cansou de promessas e quer gestores que tenham disposição e capacidade de realizar", declarou.

A nota do PSDB também afirma que o "Busão da Mudança" é utilizado para promover escutas populares em diversas regiões do estado, com o objetivo de reunir propostas da população.

JUSTIÇA ELEITORAL

PSDB/Cidadania mantém ação no TRE contra perfis ligados a Renan Calheiros nas redes sociais

A Federação PSDB/Cidadania segue com a representação ajuizada no Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE-AL) contra perfis no Instagram associados ao senador Renan Calheiros. Nesta sexta-feira (17), o Diário da Justiça Eletrônico publicou uma nova

movimentação do processo, com a intimação da federação para que, no prazo de um dia, se manifeste nos autos e requeira o que entender de direito.

A ação tem como alvos os perfis @arapiracacomrenan, @renancalheiros2026 e @renanpormaceio, que figuram como representados no processo. O caso é relatado pelo desembargador eleitoral Maurício César Breda Filho.

A publicação desta edição do Diário da Justiça não traz decisão de mérito sobre a

representação. O ato divulgado limita-se à intimação da Federação PSDB/Cidadania para dar prosseguimento ao processo, em cumprimento a despacho anteriormente proferido pelo relator.

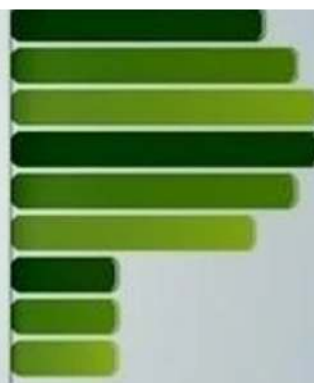
A movimentação ocorre em meio ao início das disputas judiciais envolvendo a pré-campanha das eleições de 2026 em Alagoas, período em que partidos têm recorrido com frequência à Justiça Eleitoral para questionar conteúdos divulgados nas redes sociais por adversários políticos.

LEVANTAMENTO

TRE rejeita ação do MDB e confirma regularidade de pesquisa do Instituto Paraná em Alagoas

PARANÁ PESQUISAS

Especialista em opinião pública.



O Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE-AL) rejeitou uma representação apresentada pelo MDB contra o Instituto Paraná de Pesquisas e confirmou a regularidade do levantamento registrado sob o número AL-04491/2026, sobre a disputa pelo Governo de Alagoas e pelas duas vagas ao Senado.

A ação foi apresentada pelo diretório estadual do MDB, que questionou a ausência dos nomes de Alexandre Fleming, Ítalo Bonja e Marcos Omena no cenário estimulado para o Senado. A pesquisa apresentou aos entrevistados os nomes de Alfredo Gaspar, Arthur Lira, Davi Filho, Dr. Wanderley, Eudócia Caldas, identificada no questionário como "Eudócia JHC", e Renan Calheiros.

Segundo o partido, a exclusão dos três pré-candidatos comprometeria a neutralidade do levantamento. O MDB argumentou que outros institutos que realizaram pesquisas em Alagoas no mesmo período incluíram

total ou parcialmente esses nomes em seus questionários.

O partido também apontou supostas falhas de transparência no plano amostral. Entre os questionamentos estavam a utilização do método de Probabilidade Proporcional ao Tamanho, conhecido pela sigla PPT, sem a apresentação prévia das unidades sorteadas, e o uso de dados do Censo de 2010 para a classificação da renda dos entrevistados.

Em um primeiro momento, o MDB pediu a suspensão da divulgação dos resultados. A liminar, porém, já havia sido negada em 3 de julho, permitindo que a pesquisa fosse divulgada normalmente. O Instituto Paraná apresentou defesa e sustentou que, durante a pré-campanha, possui liberdade metodológica para definir os cenários pesquisados, já que ainda não foram publicados os editais de registro das candidaturas.

O Ministério Público Eleitoral também se manifestou contra a

pretensão do MDB e defendeu a improcedência da representação.

Durante o andamento do processo, o partido apresentou um novo questionamento, alegando divergência entre a cota de escolaridade informada no plano amostral e a composição efetivamente encontrada entre os entrevistados. O Instituto Paraná apresentou documentos, microdados e informações sobre o controle da coleta.

Ao analisar o caso, o relator, desembargador eleitoral Maurício César Breda Filho, concluiu que não havia obrigação legal de incluir todos os pré-candidatos na pesquisa realizada antes da publicação dos registros oficiais de candidatura.

A decisão também considerou regular a descrição do método amostral utilizado pelo instituto. Segundo o magistrado, a legislação exige que o método e as fontes dos dados sejam informados, mas não determina a apresentação antecipada de todas as localidades sorteadas para

a realização das entrevistas.

O uso do Censo de 2010 como referência para a renda também foi aceito. O Instituto Paraná justificou que os dados equivalentes do Censo de 2022 ainda não estavam disponíveis, informação considerada suficiente pela Justiça Eleitoral.

Sobre a diferença encontrada na escolaridade dos entrevistados, o relator entendeu que não foram apresentados elementos capazes de demonstrar má-fé, manipulação ou fraude. A decisão destacou ainda que o instituto entregou os microdados e os documentos utilizados para a verificação da amostra.

Com isso, o TRE julgou improcedente a representação e confirmou a regularidade da pesquisa AL-04491/2026. A decisão foi publicada nesta sexta-feira (17) e manteve autorizada a divulgação dos resultados do levantamento.

JUSTIÇA

TJ de Alagoas reconhece excesso de processos e autoriza gratificação para juiz de Pão de Açúcar

O Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL) reconheceu que a Comarca de Pão de Açúcar ultrapassou o número mínimo de processos exigido para caracterizar excesso de distribuição e autorizou o pagamento de gratificação ao juiz titular da unidade. A decisão foi assinada pelo presidente da Corte, desembargador Fábio José Bittencourt Araújo, e publicada no Diário da Justiça desta quinta-feira (16).

O pedido foi apresentado pelo juiz Lucas Carvalho Tenório de Albuquerque, que sustentou que a

comarca recebeu, ao longo de 2025, um total de **1.517 processos**, resultado da soma de **1.387 processos distribuídos pelo Sistema de Automação da Justiça (SAJ)** e **130 registros no Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU)**. Após análise técnica da Assessoria de Governança e Gestão Estratégica (AGGE), o Tribunal confirmou os números.

Na decisão, o presidente do TJ destacou que os processos registrados no SEEU também devem ser considerados na contagem da distribuição processual. Com isso,

concluiu que a comarca superou o limite anual de 1.500 processos necessário para a concessão da Gratificação por Exercício Cumulativo decorrente do excesso de distribuição.

Além de deferir o pagamento ao magistrado a partir de julho de 2026, a decisão estabelece que **o mesmo entendimento deverá ser aplicado às demais unidades jurisdicionais que tenham recebido processos distribuídos pelo SEEU durante 2025**, desde que preencham os requisitos previstos. Isso significa que outras comarcas

poderão utilizar o mesmo critério para pleitear o benefício.

Segundo o Tribunal, a mudança não representa um tratamento excepcional para um caso específico, mas a adoção de uma metodologia única para contabilizar os processos distribuídos em todas as unidades judiciais do Estado. O processo foi encaminhado ao Departamento Financeiro de Pessoal para a implantação da gratificação.

ALIANÇA

Prefeito aliado de Arthur Lira declara apoio à pré-candidatura de Alfredo Gaspar ao Senado

O prefeito de Girau do Ponciano, Bebeto Barros (PP), anunciou apoio à pré-candidatura do deputado federal Alfredo Gaspar (PL) ao Senado Federal nas eleições de 2026. O posicionamento foi divulgado durante o Festival da Liberdade e Juventude, realizado em comemoração à emancipação política do município.

O movimento chama atenção por envolver um prefeito filiado ao PP, partido do deputado federal Arthur Lira, que também é

apontado como pré-candidato ao Senado. Além de Bebeto Barros, o ex-prefeito Davi Barros, uma das principais lideranças políticas da cidade, também declarou apoio ao projeto de Alfredo Gaspar.

A manifestação amplia a articulação do parlamentar no interior de Alagoas, em meio às movimentações para a formação dos palanques eleitorais de 2026.

Durante o evento, Alfredo Gaspar agradeceu o apoio e elogiou as lideranças políticas do município.

“Reconheço, no ex-prefeito Davi Barros, um dos maiores líderes políticos da sua geração, que honra o legado do seu pai, o saudoso prefeito Enoque Barros. Também reconheço o excelente trabalho realizado pelo prefeito Bebeto Barros. Estarei sempre à disposição de

Girau do Ponciano e farei tudo o que estiver ao meu alcance para retribuir esse apoio com muito trabalho para que o município continue se desenvolvendo”, afirmou.

Ao justificar a decisão, Bebeto Barros disse que o apoio decorre da trajetória política do deputado federal.

“Alfredo Gaspar tem uma trajetória de trabalho, coragem e compromisso com Alagoas. Nosso apoio é porque ele trabalha com seriedade e tem compromisso com o desenvolvimento do Estado”, declarou.

O anúncio ocorre em um momento de intensificação das articulações políticas para a disputa ao Senado, marcada pela busca de apoios entre prefeitos e lideranças municipais em diferentes regiões de Alagoas.

CIDADANIA

Governo de Alagoas cria Conselho Estadual para fortalecer políticas voltadas aos povos indígenas



O Governo de Alagoas oficializou a criação do Conselho Estadual de Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas (CEPI/AL), novo órgão que terá a missão de acompanhar, fiscalizar e propor políticas públicas voltadas às comunidades indígenas alagoanas. A lei foi publicada na edição desta sexta-feira (17) do Diário Oficial do Estado.

O conselho será formado por **28 membros titulares**, sendo metade indicada pelo poder público e a outra metade composta por representantes

dos povos indígenas e da sociedade civil. Entre os integrantes estarão representantes de etnias como Karirí-Xocó, Xucuru-Kariri, Wassu-Cocal, Karapotó, Tingui-Botó, Jiripankó, Kalankó, Karuazu, Koiupanká e outros povos originários presentes em Alagoas.

Entre as atribuições do novo colegiado estão a elaboração de propostas para políticas públicas, o acompanhamento da aplicação de recursos destinados às comunidades indígenas, a fiscalização do

cumprimento dos direitos previstos em lei e a promoção de ações de combate ao racismo e à discriminação contra os povos originários. O conselho também poderá propor a criação de um fundo estadual voltado à promoção dos direitos indígenas.

Além dos membros titulares, o CEPI contará com representantes de instituições como o Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, Defensoria Pública, Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Fundação

Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Incra e OAB/AL, que participarão das reuniões na condição de convidados, com direito a voz.

De acordo com a lei, os conselheiros exercerão mandato de dois anos, com possibilidade de uma recondução, e não receberão remuneração pelo exercício da função. O órgão ficará vinculado à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (SEDH).

COMUNICADOR

Jornalista Wadson Regis lança pré-candidatura a deputado estadual com bandeira por barragens na Zona da Mata



O jornalista e músico Wadson Regis (Solidariedade) lançou sua pré-candidatura a deputado estadual e, até o momento, é o único profissional da imprensa a anunciar participação na disputa por uma cadeira na Assembleia Legislativa de Alagoas nas eleições de 2026.

Natural de Murici, na Zona da Mata alagoana, Wadson tem concentrado sua atuação nas redes sociais em defesa do movimento **Barragens Já!**, que reivindica a construção de barragens de contenção para reduzir os impactos das enchentes que atingem, de forma recorrente, municípios da região.

Segundo o pré-candidato, a proposta busca mobilizar diferentes segmentos da sociedade para ampliar os investimentos em infraestrutura hídrica e fortalecer a prevenção de desastres naturais no estado.

Nas eleições de 2022, outros jornalistas também disputaram cargos eletivos em Alagoas, entre eles Deraldo Francisco e Lenilda Luna, pelo Unidade Popular (UP), além de Ivan Nunes (Avante), Abdias Martins (PSB) e Edila Miranda (PT). Nenhum deles foi eleito.

Embora Wadson Regis seja, até o momento, o único jornalista na disputa por uma vaga de deputado estadual, outros profissionais da área já anunciaram participação no pleito de 2026. Alexandre Fleming (UP) é pré-candidato ao Senado, enquanto Lenilda Luna (UP) concorrerá ao Governo de Alagoas.



detran.al.gov.br

AMARELINHA 2 NÃO DÁ PRA ES

Acesse agora. Veículo
o licenciamento. 

O pagamento da Amarelinha é obrigatório e **SÓ É REALIZADO** através
do **site oficial: detran.al.gov.br**

É só entrar, baixar a guia e pagar. **O Detran-AL não envia boleto.**

Ah, e quando estiver por lá, aproveite e emita também sua guia do **IPVA**.

Assim, você resolve tudo de uma só vez. Cuidado com golpes, **boleto só no site.**

025. JÁ PAGOU? QUECER.

legal só com



DETRAN·AL

Departamento Estadual de Trânsito de Alagoas



Trabalho e ❤️

SEM FOCO

Grupo criado por Renan para investigar Banco Master fica sem avanços seis meses após instalação

Seis meses após ser criado no Senado, o grupo de trabalho da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) destinado a acompanhar o caso do Banco Master deixou de apresentar novos resultados práticos. Embora permaneça formalmente em funcionamento, o colegiado não realizou novas audiências nem divulgou conclusões desde junho, quando aprovou uma série de convocações relacionadas às aplicações de recursos públicos no banco.

Presidido pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL), o grupo foi instalado com o objetivo de reunir informações sobre a situação do Banco Master, incluindo pedidos de compartilhamento de documentos produzidos por outros órgãos de controle e investigação.

A última atividade pública ocorreu em 9 de junho, quando a CAE ouviu o presidente do Banco de Brasília (BRB), Nelson Antônio de Souza, para prestar esclarecimentos sobre a proposta de aquisição do Banco Master.

Durante a sessão, houve um bate-boca entre Renan Calheiros e a senadora Eudócia Caldas (PL-AL), após o senador questionar aplicações de R\$ 117 milhões realizadas pelo Instituto de Previdência dos Servidores de Maceió (Iprev) em ativos vinculados ao Banco Master.

Na sequência, Renan apresentou requerimento convocando o secretário municipal da Fazenda de Maceió, o presidente do Iprev, representantes do Ministério da Previdência, consultorias de investimentos e um conselheiro do Tribunal de Contas do Ceará para prestar esclarecimentos sobre investimentos de regimes próprios de previdência em títulos do Banco Master. O requerimento foi aprovado pela comissão em 30 de junho, mas, até o momento, as oitivas não foram realizadas.

As convocações incluíram representantes de órgãos federais e de empresas do mercado financeiro, mas também alcançaram integrantes da administração municipal de

Maceió, responsável pelas decisões envolvendo os investimentos do Iprev. À época dos fatos, a prefeitura era administrada por João Henrique Caldas (JHC), hoje apontado como pré-candidato ao Governo de Alagoas.

Outra frente de atuação do grupo envolveu pedidos de acesso a documentos produzidos por outros órgãos. A comissão não conseguiu obter material sigiloso da CPI do Crime Organizado, após a área técnica do Senado concluir que o colegiado da CAE não possuía competência para receber documentos protegidos por sigilo produzidos por uma comissão parlamentar de inquérito.

Em contrapartida, o Tribunal de Contas da União (TCU) autorizou o compartilhamento integral dos processos relacionados ao Banco Master, incluindo documentos sob sigilo, além de disponibilizar apoio técnico aos trabalhos. Segundo Renan Calheiros, também foram encaminhadas informações provenientes do Banco Central, com acesso

restrito aos senadores integrantes do grupo e a um assessor de cada gabinete, mediante assinatura de termo de confidencialidade.

Apesar da obtenção desse material, não houve divulgação de novas diligências, audiências ou conclusões públicas desde então.

O grupo também esteve no centro de disputas políticas envolvendo o deputado federal Arthur Lira (PP-AL). Na criação da comissão, Renan afirmou que um dos objetivos seria apurar suspeitas de pressão sobre o Tribunal de Contas da União relacionadas ao Banco Master. Posteriormente, o senador publicou um vídeo nas redes sociais associando Lira ao caso. Em decisão posterior, o Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE-AL) determinou a retirada definitiva da publicação e aplicou multa ao parlamentar por entender que o conteúdo não apresentava provas suficientes para sustentar as alegações.

INIMIGOS?

Em mesmo palanque, Arthur Lira admite possibilidade de apoiar Renan Filho: "Quem sabe um dia"



O deputado federal Arthur Lira (PP) afirmou que não descarta a possibilidade de, no futuro, apoiar o ex-governador e pré-candidato ao Governo de Alagoas, Renan Filho (MDB). A declaração foi feita durante um evento político realizado em Limoeiro de Anadia, no interior do estado, onde os dois dividiram o mesmo palanque.

"Ainda não votei em Renan Filho, e ele também não em mim, mas quem sabe um dia, né? De repente", disse Lira ao comentar a convivência política com o emedebista.

O encontro ocorreu durante o lançamento das pré-candidaturas do deputado estadual Antônio

Albuquerque (União Brasil) e do ex-deputado federal Nivaldo Albuquerque (Republicanos). Também participaram do evento o governador Paulo Dantas (MDB) e o pré-candidato ao Senado Davi Davino Filho (Republicanos).

A declaração chamou atenção por ocorrer em meio à histórica disputa política entre Arthur Lira e o senador Renan Calheiros (MDB), pai de Renan Filho. Os dois são apontados como adversários diretos na corrida por uma das vagas ao Senado nas eleições de 2026. Enquanto Renan Calheiros busca a reeleição, Lira articula sua candidatura ao lado do deputado federal Alfredo Gaspar (PL).

Nos últimos meses, a relação entre Lira e Renan Calheiros foi marcada por sucessivas trocas de críticas públicas. Em fevereiro, o senador afirmou que o deputado deveria permanecer na Câmara Federal por não possuir experiência suficiente para o Senado. Antes disso, Calheiros descartou qualquer possibilidade de aliança com Lira e o responsabilizou por decisões que, segundo ele, prejudicaram Alagoas durante sua presidência da Câmara dos Deputados.

Os embates também chegaram ao Congresso Nacional. Durante a tramitação do projeto de ampliação da faixa de isenção do Imposto de

Renda, Renan criticou o relatório elaborado por Arthur Lira, embora tenha votado favoravelmente à proposta. O deputado respondeu classificando as críticas como infundadas.

Apesar da disputa entre os dois grupos políticos permanecer no centro do cenário eleitoral alagoano, a fala de Arthur Lira ao lado de Renan Filho foi interpretada como um gesto de cordialidade institucional e mostrou que, ao menos no plano pessoal, ambos mantêm espaço para o diálogo em meio às articulações para as eleições de 2026.

POLÍTICA

Deputado José Carlos Araújo Se Surpreende com Filiação ao Democracia Cristã e Anuncia Medidas para Cancelar Registro Não Autorizado



O deputado federal José Carlos Araújo, oriundo da Bahia, vive um momento de perplexidade após seu nome aparecer indevidamente como membro do partido Democracia Cristã. Em comunicado oficial emitido por sua assessoria, o parlamentar rejeitou a filiação, afirmando categoricamente que não assinou nenhuma ficha de adesão ao partido. Ele também anunciou que tomará providências legais para cancelar o registro que considera irregular.

O Democracia Cristã, sob a liderança do ex-deputado

alagoano João Caldas, se encontra em uma disputa acirrada com Arthur Lira, ex-presidente da Câmara dos Deputados e um dos líderes políticos mais influentes do país. Neste contexto turbulento, José Carlos Araújo ingressou temporariamente na Câmara em substituição ao deputado Léo Prates, o que agravou sua situação. Registros da Justiça Eleitoral indicam que sua filiação ao DC foi registrada no dia 6 de julho, porém Araújo comenta que isso ocorreu sem sua autorização explícita.

A assessoria do deputado destacou a gravidade da situação, classificando a ação atribuída ao presidente do Democracia Cristã como "vergonhosa e lamentável". Araújo considera desrespeitosa a vinculação de seu nome ao partido, especialmente em um ambiente tão polarizado entre Caldas e Lira. O deputado baiano mantém uma boa relação com Lira e tem se

mostrado desinteressado em se envolver no embate entre os dois alagoanos.

A situação complicou-se ainda mais quando informações de aliados revelaram que Araújo cogitava sim uma filiação ao Democracia Cristã, mas desejava resolver sua situação com o PDT antes de fazer qualquer movimentação. O deputado reiterou que sua intenção era formalizar sua saída do PDT antes de dar um passo em direção ao novo partido.

Frente ao impasse, sua assessoria anunciou que um pedido de desfiliação seria protocolado no Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, com o objetivo de averiguar como a filiação foi processada e quais documentos foram utilizados para sua inclusão no sistema partidário. Essa análise será de grande importância para esclarecer as responsabilidades do Democracia Cristã.

BRASIL

Câmara critica governo Lula por tarifas dos EUA e defesa inadequada dos interesses comerciais brasileiros: "Politização sacrifica nossa credibilidade internacional"



A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados brasileira manifestou sua insatisfação com a maneira como o governo federal, liderado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tem gerido as negociações comerciais com os Estados Unidos. A crítica surgiu em meio ao anúncio da imposição de uma tarifa adicional de 25% sobre produtos brasileiros, medida que, segundo os deputados, reflete uma abordagem inadequada por parte do Itamaraty.

De acordo com a comissão, a atual administração tem

politizado a questão comercial, priorizando suas conveniências ideológicas em detrimento de uma defesa eficaz e tecnicamente embasada dos interesses do país. A nota emitida pela comissão expressa preocupação com a forma como o governo está lidando com a relação comercial com um dos parceiros mais históricos do Brasil. Os deputados afirmam que esta postura não apenas compromete a credibilidade do Itamaraty, mas também coloca em risco o prestígio internacional do Brasil, ao sacrificar interesses econômicos em nome de uma

narrativa política que favorece o governo.

Além disso, o presidente da comissão, Luiz Philippe de Orleans e Bragança, criticou a decisão do governo de levar a controvérsia à Organização Mundial do Comércio (OMC). Ele argumenta que essa escolha não apenas fragiliza o diálogo, mas também revela uma clara preferência pelo confronto. Nesse contexto, a comissão ressalta que o governo deve buscar soluções que priorizem o bem-estar econômico do país e a construção de relações comerciais saudáveis, ao invés de se enredar

em disputas que podem resultar em prejuízos substanciais para o Brasil.

A postura dos deputados da comissão evidencia a preocupação com a estratégia adotada pelo governo no cenário internacional. A interseção entre política e questões econômicas é um terreno delicado, e muitos alertam que, se não for gerida com cuidado, poderá ter repercussões negativas a longo prazo para as relações comerciais brasileiras. A chamada à reflexão sobre essa dinâmica se faz ainda mais necessária em tempos de incerteza econômica global.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados Aprova Projeto que Facilita Amamentação em Creches para Crianças de Até 3 Anos, Assegurando Bem-Estar Infantil e Saúde



Na tarde de 16 de julho de 2026, a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados deu um passo significativo rumo à promoção da saúde infantil ao aprovar um projeto de lei que visa garantir melhores condições para a amamentação de crianças com até três anos matriculadas em creches. O projeto, de autoria da deputada Taliria Petrone, do PSOL do Rio de Janeiro, propõe alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), assegurando que as creches permitam o acesso

livre das mães para amamentar durante o horário escolar. Além disso, as instituições deverão contar com infraestrutura adequada para o armazenamento seguro e higiênico do leite materno.

Os defensores da proposta destacam a importância dessa iniciativa para o bem-estar e a saúde das crianças, conforme recomendado por órgãos renomados como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Ministério da Saúde. A relatora do projeto, deputada Fernanda Melchionna, também do PSOL, ressaltou que a medida é um suporte essencial tanto para mães quanto para seus filhos, proporcionando um ambiente escolar que respeite e facilite a amamentação.

A proposta ainda precisa passar por mais avaliações em caráter conclusivo nas comissões de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família; e de Constituição, Justiça e

Cidadania. Caso seja aprovada nessas instâncias, o texto seguirá para votação nas casas legislativas do Congresso Nacional, ou seja, deverá ser deliberado tanto pela Câmara quanto pelo Senado para que se torne uma lei oficial.

Essa aprovação representa o reconhecimento da importância da amamentação nos primeiros anos de vida e sinaliza um compromisso com políticas públicas que priorizam a saúde e o desenvolvimento da infância. Os interessados em acompanhar a evolução dessa proposta podem se informar sobre os trâmites legislativos por meio dos canais informativos da Câmara dos Deputados.

A medida pode ter um impacto positivo em diversas famílias brasileiras, contribuindo para um ambiente educativo mais acolhedor e que respeita as necessidades básicas de crianças e mães.

BRASIL

Flávio Bolsonaro Lança Programa "Brasil Por Elas" e Promete Internet para 70 Milhões de Mulheres Após Crise Familiar com Ex-Primeira-Dama Michelle Bolsonaro

Na última quinta-feira, Flávio Bolsonaro, pré-candidato à presidência pelo PL do Rio de Janeiro, apresentou um projeto ambicioso voltado para a promoção dos direitos das mulheres, denominado "Brasil Por Elas". A revelação foi feita durante uma transmissão ao vivo, na qual ele estava acompanhado de Danielle Marques, economista e ex-presidente da Caixa Econômica Federal, que se destaca como uma de suas principais conselheiras na área econômica.

Esse anúncio surge em um momento delicado na trajetória política de Flávio, refletindo a tensão entre ele e a ex-primeira-dama

Michelle Bolsonaro. Recentemente, Michelle gravou um vídeo revelando ter se sentido maltratada e desrespeitada pelo enteado, situações que tornaram o ambiente familiar ainda mais complicado.

O programa proposto inclui 12 medidas significativas, que vão desde a oferta de acesso à internet para 70 milhões de mulheres até a implementação de uma inteligência artificial (IA) chamada "Maria", cuja funcionalidade principal é apoiar mulheres em diversas situações, como agendamentos de exames médicos ou na busca por creches. Durante a apresentação, Flávio destacou a importância do acesso à internet como uma ferramenta de

empoderamento, permitindo que essas mulheres resolvam suas demandas com mais autonomia e segurança.

Outro destaque do projeto é a criação da plataforma "Central da Mulher", que promete reunir serviços essenciais em um único aplicativo, facilitando o acesso a informações e serviços nas áreas de segurança e finanças. Flávio enfatizou a confidencialidade das denúncias de agressão, que chegarão diretamente às autoridades competentes, visando proporcionar um ambiente mais seguro para as mulheres.

Além das inovações tecnológicas, Flávio propõe a criação de um benefício para mães que enfrentam

dificuldades em encontrar vagas em creches, assim como medidas direcionadas ao atendimento de idosos e o incentivo ao empreendedorismo feminino.

A transmissão também contou com intervenções de Danielle Marques, que é cotada para ocupar o Ministério da Fazenda em um futuro governo de Flávio. Ela trouxe à tona questões de caráter ideológico, criticando a esquerda por, segundo ela, defender os direitos de criminosos, além de reafirmar a força e o valor das mulheres, fazendo uma referência à figura feminina na Bíblia.

BRASIL

Flávio Bolsonaro defende escolha de mulher como vice e critica Lula em live de pré-campanha voltada ao público feminino

Durante uma transmissão ao vivo realizada para o lançamento do programa "Brasil por Elas", o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), que se posiciona como pré-candidato à Presidência da República, reiterou seu desejo de ter uma mulher como candidata a vice em sua chapa. Em sua fala, ele citou como possíveis nomes a economista Daniella Marques, ex-presidente da Caixa, e as deputadas federais Simone Marquetto e Clarissa Tércio, ambas do PP-SP. A proposta de um espaço feminino na chapa é parte de uma estratégia mais ampla para atrair o público feminino.

O programa "Brasil por Elas" tem como objetivo implementar uma série de políticas públicas voltadas especialmente para as mulheres. Entre as iniciativas apresentadas, destacam-se a criação de um aplicativo que conecta mulheres a oportunidades de emprego, a oferta de vouchers para auxiliar mães de baixa renda na matrícula de seus filhos em creches privadas, e a disponibilização de microcréditos para empreendedorismo feminino. Além disso, a proposta inclui medidas mais contundentes contra agressores, como a castração química de estupradores. Flávio e as mulheres mencionadas percorrerão o Brasil para apresentar e discutir essas ideias com a população.

Durante a live, o senador expressou de maneira enfática a sua preferência por ter uma vice mulher, reafirmando a importância deste simbolismo e do olhar feminino na política. Contudo, a concretização dessa escolha ainda depende de

negociações dentro e entre os partidos, sendo que nem o PP nem o Republicanos formalizaram apoio a Flávio até o momento.

Na mesma ocasião, Flávio Bolsonaro não hesitou em criticar o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Ele acusou o presidente de ser responsável pela aplicação de tarifas que afetam o Brasil, atribuindo a ele a responsabilidade pelo impacto negativo nas relações comerciais do país. Para o senador, essa situação é resultado de uma "incompetência" governamental que prejudica os interesses nacionais.

Além das questões econômicas, Flávio fez referência ao hábito de Lula de não utilizar celular, contrapondo isso ao que considera ser uma desconexão com a modernidade. Ele argumentou que a falta desse recurso impede uma melhor compreensão das inovações tecnológicas, algo que pode ser crucial para a política contemporânea.

CAMARA DOS DEPUTADOS

Câmara dos Deputados Aprova Projeto que Facilita Amamentação em Creches para Crianças de Até 3 Anos, Assegurando Bem-Estar Infantil e Saúde



Na tarde de 16 de julho de 2026, a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados deu um passo significativo rumo à promoção da saúde infantil ao aprovar um projeto de lei que visa garantir melhores condições para a amamentação de crianças com até três anos matriculadas em creches. O projeto, de autoria da deputada Talíria Petrone, do PSOL do Rio de Janeiro, propõe alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), assegurando que as creches permitam o acesso livre das mães para amamentar durante o horário escolar. Além disso, as

instituições deverão contar com infraestrutura adequada para o armazenamento seguro e higiênico do leite materno.

Os defensores da proposta destacam a importância dessa iniciativa para o bem-estar e a saúde das crianças, conforme recomendado por órgãos renomados como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Ministério da Saúde. A relatora do projeto, deputada Fernanda Melchionna, também do PSOL, ressaltou que a medida é um suporte essencial tanto para mães quanto para seus filhos, proporcionando um ambiente

escolar que respeite e facilite a amamentação.

A proposta ainda precisa passar por mais avaliações em caráter conclusivo nas comissões de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família; e de Constituição, Justiça e Cidadania. Caso seja aprovada nessas instâncias, o texto seguirá para votação nas casas legislativas do Congresso Nacional, ou seja, deverá ser deliberado tanto pela Câmara quanto pelo Senado para que se torne uma lei oficial.

Essa aprovação representa o reconhecimento da importância da

amamentação nos primeiros anos de vida e sinaliza um compromisso com políticas públicas que priorizam a saúde e o desenvolvimento da infância. Os interessados em acompanhar a evolução dessa proposta podem se informar sobre os trâmites legislativos por meio dos canais informativos da Câmara dos Deputados.

A medida pode ter um impacto positivo em diversas famílias brasileiras, contribuindo para um ambiente educativo mais acolhedor e que respeita as necessidades básicas de crianças e mães.

CAMARA DOS DEPUTADOS

CAMARA DOS DEPUTADOS – Comissão da Câmara aprova proposta que torna nulos casamentos de menores de 16 anos, reforçando proteção à infância e juventude.



Na última quarta-feira, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou uma proposta que altera o Código Civil brasileiro, determinando a nulidade absoluta de casamentos realizados por indivíduos com menos de 16 anos de idade, a conhecida idade núbil. Essa mudança representa um passo significativo na defesa dos direitos das crianças e adolescentes, reafirmando o compromisso do legislador em garantir a proteção da infância.

O texto que foi aprovado também exclui passagens do

Código Civil que anteriormente permitiam casamentos excepcionais antes dessa idade, como em casos de gravidez, e elimina as condições e prazos para a confirmação ou anulação de such unions. A relatora da CCJ, deputada Ana Paula Lima, do Partido dos Trabalhadores de Santa Catarina, apresentou um substitutivo ao Projeto de Lei 195/24, que foi originalmente promovido pela deputada Laura Carneiro, do PSD do Rio de Janeiro. O novo formato trouxe ajustes técnicos que foram bem recebidos pelos membros da comissão.

Durante a análise, a relatora expressou sua preocupação com um outro projeto, o PL 5011/23, de autoria do deputado Dr. Fernando Máximo, que propunha facilitar o casamento para jovens que atingissem a idade núbil mediante a autorização de apenas um dos pais ou responsáveis. Ana Paula Lima criticou essa proposta, argumentando que a flexibilização da autorização poderia enfraquecer a

responsabilidade parental e impor riscos à proteção dos menores, já que poderia haver divergências entre os genitores que não seriam resolvidas adequadamente.

Ela ressaltou que a vedação do casamento de menores de 16 anos é uma medida que encontra amparo na Constituição, refletindo a necessidade de proteger os direitos das crianças e adolescentes. A proposta seguiu com caráter conclusivo na CCJ e poderá agora ser apreciada pelo Senado, a menos que algum deputado solicite que a discussão ocorra no Plenário da Câmara.

A mudança legislativa, se aprovada, pode representar um avanço significativo na proteção aos direitos infanto-juvenis, alinhando a legislação nacional aos princípios estabelecidos pela Constituição que visam à proteção da infância e à promoção de um desenvolvimento saudável e seguro para os jovens brasileiros.

**"CAPACETE?
É AQUI PERTINHO"**

SEMANA NACIONAL
DE TRÂNSITO

**O TRÂNSITO
NÃO ACEITA
DESCULPAS**

**USE O CAPACETE
CORRETAMENTE**

